

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Leite na mesa

Os deputados federais Alceu Moreira (MDB-RS, foto), Sérgio Souza (MDB-PR) e Cobalchini (MDB-SC) apresentaram um projeto de lei para instituir a “Política Nacional de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados”. A proposta prevê a criação de um programa estratégico de desenvolvimento, destinado a planejar, coordenar e executar ações estruturantes para o setor. “O setor convive com altos custos estruturais, gargalos logísticos, carga tributária elevada e concorrência desleal de importações subsidiadas, que chegam ao mercado interno a preços artificialmente baixos”, justificam os parlamentares.



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Copa das mulheres

A Copa do Mundo Feminina no Brasil só será realizada em 2027, mas já está gerando preocupações na deputada federal gaúcha Any Ortiz (PP). A parlamentar apresentou um projeto para alterar a lei sobre o evento e tornar facultativo aos “sistemas de ensino do Brasil o ajuste dos respectivos calendários escolares de forma que as férias escolares do primeiro semestre, nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, abranjam, tanto quanto possível, o período entre a abertura e o encerramento da Copa”. A proposta será agora apreciada em caráter de urgência, a pedido dela e do deputado federal Doutor Luizinho (PP-RJ).

Soltos no dia seguinte

Já a deputada federal gaúcha Fernanda Melchionna (PSOL) apresentou uma proposta de alteração no Código de Processo Penal para permitir a decretação de prisão preventiva nos crimes de “produção, comercialização, disponibilização, aquisição, posse e armazenamento de material de abuso sexual infanto-juvenil”. Atualmente, esses crimes têm pena máxima de 4 anos e não permitem a prisão preventiva. “A lacuna produz efeitos concretos. Em operação recente no Rio Grande do Sul, dois investigados foram presos em flagrante com mais de 100 terabytes de material de abuso sexual de crianças e adolescentes e postos em liberdade na audiência de custódia realizada no dia seguinte, sob o fundamento expresso de ausência de requisitos legais para a prisão preventiva. O episódio ilustra o alcance prático da omissão normativa que esta proposta corrige”, argumenta a parlamentar.

Notícia ruim para o agro

De acordo com o Boletim Agroclimatológico, do Instituto Nacional de Meteorologia, o trimestre de Julho-Agosto-Setembro, aprofundará a tendência de seca nas regiões centrais do país, com impactos sobre a segunda safra do milho e a renovação das pastagens.

Falta de radiação solar na Região Sul

As condições climáticas foram favoráveis para o desenvolvimento das lavouras de milho no Sul, que teve acumulados expressivos de chuvas. No entanto, apesar de “de modo geral, as lavouras de inverno apresentam bom desenvolvimento, a persistência de chuvas frequentes, associada à menor disponibilidade de radiação solar, favorece a ocorrência de doenças fúngicas, exigindo maior atenção dos produtores, principalmente em lavouras em estádios fenológicos mais avançados, nas quais o impacto sobre a produtividade pode ser mais significativo”, acrescenta.

Aprovada gratificação a profissionais da educação

Medida para ampliar arrecadação de créditos do ISS também foi autorizada

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz

amandas@jcrs.com.br

A última sessão da Câmara de Porto Alegre antes do recesso foi marcada pela priorização de projetos do Executivo. Entre os textos estão gratificações para profissionais da educação e a permissão de descontos em multas e juros relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) com o objetivo de ampliar a arrecadação do município.

Os vereadores aprovaram um projeto que institui o Programa de Otimização da Arrecadação do ISS (POAISS) que permitirá aos contribuintes regularizarem débitos, mediante redução de multas e juros. O programa oferece descontos de até 95% para pagamento à vista e de 90% para pagamento parcelado. O objetivo da Prefeitura é ampliar a arrecadação com a implantação da Reforma Tributária. A nova legislação tributária estabelece que a receita média do ISS arrecadada pelos municípios entre 2019 e 2026 será um dos critérios utilizados para definir a participação de cada ente na distribuição futura das receitas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A sessão também foi marcada pela deliberação de dois projetos relacionados à gratificação de profissionais da educação do município. O projeto que institui o Abono Extraordinário de Valorização dos Profissionais da Educação foi aprovado.

Custeadado com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a proposta beneficia os servidores ativos da rede municipal e prevê o pagamento em sete parcelas, entre julho e dezembro deste ano, com investimento de R\$ 16 milhões.

O Secretário de Educação, Leonardo Pascoal, acompanhou a sessão plenária. Além do abono, a priorização indicava a votação de uma gratificação salarial aos profissionais que exercem a função de Coordenação de Turno. De acordo com o secretário, o projeto é o último de uma série de propostas que gratificam os profissionais da educação que realizam funções além das suas atividades de concurso. Até o fechamento desta edição, o projeto não tinha sido votado.

Com duas emendas, foi apro-

vado o projeto que institui a Política Municipal dos Direitos Humanos e o Conselho Municipal dos Direitos Humanos. O texto amplia de 13 para 21 os membros do Conselho. Outro texto do executivo autorizado, estabelece regras e princípios para utilização de Inteligência Artificial pela administração pública direta e indireta do município. A ideia é garantir o uso ético e alinhado às práticas regulatórias nacionais e internacionais.

A Câmara também aprovou projetos que tratam sobre questões administrativas do executivo, como a transferência da coordenação das licitações da Prefeitura para a Procuradoria-Geral do Município (PGM), a criação e extinção de secretarias municipais e a alteração dos requisitos de recrutamento das classes de cargos de provimento efetivo.

Dia 3 de agosto os vereadores retornam às atividades na Câmara.

ELSON SEMPÉ PEDROSO/CMPTA/DIVULGAÇÃO/JC



Vereadores realizaram última sessão antes do recesso parlamentar

Governo deve recorrer sobre PEC dos agentes de saúde

/ CONGRESSO NACIONAL

O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira à noite, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2021, que institui aposentadoria especial para carreiras dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias. Foram 73 votos a favor, um contra e uma abstenção. O texto, considerado uma “pauta-bomba” pela equipe econômica, segue para promulgação.

O governo pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a PEC. No início da noite, o ministro da Fazenda, Dario Durrigan, disse que poderia acionar o

Judiciário se o Congresso não apontasse uma fonte de receita para financiar a proposta. “Se estiver não apontando fonte de receita, descumprindo a jurisprudência do Supremo, é provável que o governo vá ao Supremo”, disse o ministro.

Na tarde desta terça-feira, os ministérios da área econômica ainda tentavam impedir a votação do texto em dois turnos.

Estimativas atualizadas do Ministério da Previdência Social (MPS) indicam que o projeto teria impacto fiscal de R\$ 27,9 bilhões em 10 anos. Segundo a pasta, o valor é composto por um custo de R\$ 17,6 bilhões para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que

atende aos servidores públicos federais, estaduais e municipais, e de R\$ 10,3 bilhões para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Considerando os próximos 80 anos, a insuficiência financeira gerada pelo texto passa de R\$ 54 bilhões, segundo a pasta. As estimativas já consideram a redução de receitas dos regimes de previdência e a antecipação do pagamento de benefícios.

Apesar da resistência da equipe econômica, o governo liberou os senadores aliados para votarem como quiserem. Ao todo, PSD, MDB, PP, Republicanos, PSDB, Podemos e União Brasil orientaram voto favorável.